

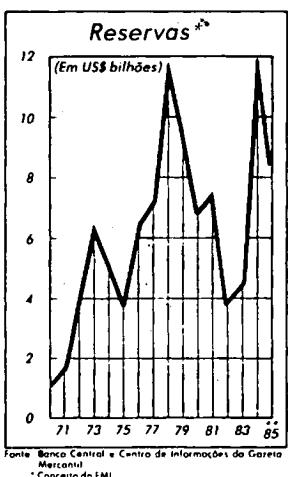
# O limite de segurança nas reservas

*Dívida extranjera*

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Brasília

O governo dispõe de uma nítida indicação do nível de reservas internacionais — medidas pelo conceito de caixa do Banco Central —, considerado o ponto mínimo abaixo do qual será acionado o "sinal vermelho" de comprometimento das contas externas. "O ideal é mantermos em torno de US\$ 8 bilhões as nossas reservas, e qualquer redução de até US\$ 1 bilhão naquele patamar já começa a ser preocupante", revelou ontem o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber.

A indicação do nível de reservas, bem como os resultados a serem colhidos no desempenho da balança de pagamentos, será alvo de atenção redobrada por parte das autoridades brasileiras ao longo da fase de consolidação da dívida externa, dentro do acordo a ser firmado com os banqueiros internacionais, com duração prevista para o período entre 1985 e 1991.



Esta etapa da fase 3 da renegociação prevê o reescalonamento de amortizações que somam US\$ 45,3 bilhões de principal tomado de bancos comerciais externos e mais US\$ 5,8 bilhões de dívidas contraídas com aval de governo e que estão sendo acertadas no âmbito do Clube de Paris.

Antônio Carlos Lemgru-

ber atestou que o governo da Nova República mante- rá esta programação, cujo pagamento será projetado no período de dezes- seis anos, e também vai cum- prir com o pagamento de juros correntes, estimado em um desembolso de US\$ 55 bilhões ao longo dos pró- ximos sete anos. Mas pre- tende prever-se contra uma eventual impossibili- dade de cumprir os com- promissos assumidos com os banqueiros.

"O Brasil não vai admitir a inclusão de nenhuma cláusula restritiva no con- trato de renegociação pluri- anual da dívida externa que impeça o País de voltar a estes bancos credores pa- ra discutir um mecanismo de empréstimo de dinheiro novo, 'new money', infor- mou Lemgruber, revelan- do que a estratégia imagi- nada pelo governo é deixar em aberto a questão do re- financiamento dos juros, com uma margem para que o acordo possa ser rompido e rediscutido com o comitê de bancos que as- sessorava a dívida externa brasileira, sempre que for detectado constrangimento nas contas externas, com o perigo de perdas substan- ciais de reservas.

A estratégia é importan- te porque amarra ao con- trato, de alguma forma, a cobertura para o finan- camento dos juros sob a res- ponsabilidade dos bancos internacionais e resguar- da, ao mesmo tempo, o go- verno brasileiro de passar pela delicada situação de depender da boa vontade do sistema financeiro inter- nacional. Neste aspecto, o acordo proposto pelo Brasil revela um avanço em com- paração com os termos que foram acertados pelo Méxi- co, na renegociação de sua dívida externa, e deixaram aquele país impossibilitado de procurar, de forma com- pulsória, os bancos priva- dos para novos emprésti- mos.

"O importante é sermos realistas e endurecer onde podemos", alertou o presi- dente do Banco Central, pa- ra quem se torna inviável ao Brasil forçar dentro do acordo a inclusão de qual- quer cláusula que impo- nha, desde já, o desembol- so de dinheiros novos da parte dos banqueiros. "O pro- cesso de renegociação tem de levar



Preston Martin